



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JARDINÓPOLIS  
SÃO PAULO**

**Praça Dr. Mário Lins, 150 – Centro – CEP 14680-000**  
**[www.jardinopolis.sp.gov.br](http://www.jardinopolis.sp.gov.br) PABX (16) 3690-2900**

**TERMO DE FOMENTO nº 007010024**

**Secretaria Municipal de Saúde**

**OSC: CASA ESPIRITA TERRA DE ISMAEL**

**RECURSO: Municipal**

O **MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Geral de Contribuinte do Ministério da Fazenda sob n.º 44.229.821/0001-70, com sede nesta cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo, na Praça Doutor Mário Lins, n.º 150, neste ato representado pela Ordenadora de Despesas **Sra. Ivanice Maria Cestari Dandaro**, Secretária Municipal da Saúde, portadora da cédula de identidade **RG. 15.785.931-9** e do **CPF. nº 135.866.838-80**, de agora em diante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, e, de outro lado a Organização da Sociedade Civil **CASA ESPIRITA TERRA DE ISMAEL** inscrita no Cadastro Geral de Contribuinte do Ministério da Fazenda sob n.º 01.824.056/0001-23, com sede nesta cidade de Jardinópolis, Estado de São Paulo, Distrito de Juruce, Rodovia José Riul, Km 2, neste ato representada pela presidente, **Sra. Ana Maria Soares Pereira**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 28.799.227-5 SSP/SP e CPF n.º 109.039.148-08, residente e domiciliada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Rua Aldo Focosi, n.º 420, Apto. 53, CEP 14091-310, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL** resolvem celebrar este termo de fomento, para repasse de recursos financeiros, regendo-se pelo disposto no Decreto Municipal nº 5521 de 05/12/2016, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com suas alterações posteriores, consoante o **processo administrativo nº 007/2024**, **Dispensa de licitação 001/2024** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1.** O presente termo de fomento tem por objeto a prestação de serviço de atendimento médico em nível ambulatorial a crianças e adolescentes residentes em Jardinópolis – SP, utilizando como modelo a Farmácia Viva, em conformidade com o plano de trabalho, parte vinculada a este documento.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

- 2.1.** São obrigações dos Partícipes:

**DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:**

- a) Orientar a Organização da Sociedade Civil quanto às prestações de contas, em conformidade com a legislação de regência;
- b) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;
- e) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;







**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JARDINÓPOLIS  
S Ã O P A U L O**

**Praça Dr. Mário Lins, 150 – Centro – CEP 14680-000**  
**www.jardinopolis.sp.gov.br PABX (16) 3690-2900**

- g) Divulgar pela internet os processos de liberação de recursos;
- h) Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;
- i) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- j) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

**DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

- a) Manter escrituração contábil regular de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração, de acordo com a **Resolução nº 23/2022 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo** com suas alterações posteriores, ou outra que venha substituí-la;
- c) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 5.521/2016;
- d) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 5.521/2016;
- e) Dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- f) Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- g) Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
- h) Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.
- i) Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

- 3.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de colaboração, recursos no valor de R\$ 840.000,00 (Oitocentos e quarenta mil reais).**
- 3.2. Será transferido mensalmente o valor de R\$ 70.000,00, em conformidade com o Cronograma de desembolso dos recursos financeiros, parte integrante do Plano de Trabalho.**







**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JARDINÓPOLIS  
S Ã O P A U L O**

**Praça Dr. Mário Lins, 150 – Centro – CEP 14680-000**  
**www.jardinopolis.sp.gov.br PABX (16) 3690-2900**

- 3.3. As despesas decorrentes do presente termo de colaboração correrão a por conta da dotação orçamentária vigente com as seguintes codificações:

Órgão/Unidade	Funcional	Elemento	Descrição
02.10 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-Atendimentos Ambulatoriais em Especialidades	10.302.0019.2.052	3.3.50.43.00.00.00.00 00.91.0310	Subvenções Sociais

**4. CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

- 4.1. A **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL** transferirá os recursos para execução do presente termo de colaboração, em favor da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.
- 4.1.1. A transferência eletrônica será realizada na conta bancária indicada pela Organização da Sociedade Civil.
- 4.2. É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.
- 4.3. **Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.**
- 4.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os **saldos financeiros remanescentes**, inclusive os provenientes das receitas obtidas das **aplicações financeiras realizadas**, serão **devolvidos à Administração Pública** no prazo improrrogável de **30 (trinta) dias**, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

**5. CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

- 5.1. O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 5.2. Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, para:
- Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
  - Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
  - Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
  - Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
  - Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos







**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JARDINÓPOLIS  
SÃO PAULO**

**Praça Dr. Mário Lins, 150 – Centro – CEP 14680-000  
[www.jardinopolis.sp.gov.br](http://www.jardinopolis.sp.gov.br) PABX (16) 3690-2900**

ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

- VI. Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- VII. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

**6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

- 6.1. O presente Termo de Colaboração vigorará a partir de **12 / 01 / 2024** até **31 / 12 / 2024** conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
- 6.1.1. Fica permitido a prorrogação do presente termo de fomento, **respeitada a vigência máxima decenal**, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os valores permanecem vantajosos para a Administração.
- 6.1.2. **Na hipótese de prorrogação contratual, cuja duração exceda um ano, é obrigatória a prestação de contas ao término de cada exercício.**
- 6.2. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante **solicitação da organização da sociedade civil**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, **no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto**, conforme art. 55 da lei nº 13.019/2014.
- 6.3. A prorrogação de ofício da vigência do termo de colaboração deve ser feita pela **Administração Pública** quando ela der causa a **atraso na liberação de recursos financeiros**, limitada ao exato período do atraso verificado.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 7.1. O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
  - I. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
  - II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
  - III. Valores efetivamente transferidos pela Administração Pública;
  - IV. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

- 8.1. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá obedecer às exigências da **Resolução nº 23/2022 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo** com suas alterações posteriores, ou outra que venha substituí-la, Decreto Municipal 5.521/2016, contemplando elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das







**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JARDINÓPOLIS  
S Ã O P A U L O**

**Praça Dr. Mário Lins, 150 – Centro – CEP 14680-000  
[www.jardinopolis.sp.gov.br](http://www.jardinopolis.sp.gov.br) PABX (16) 3690-2900**

metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I. Extrato da conta bancária específica;
  - II. Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;
  - III. Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
  - IV. Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
  - V. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
  - VI. Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.
- § 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
- 8.2. A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
- I. Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- 8.3. A Administração pública municipal considerará, obrigatoriamente, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente:
- I. Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
  - II. Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.
- 8.4. Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
- I. Os resultados já alcançados e seus benefícios;
  - II. Os impactos econômicos ou sociais;
  - III. O grau de satisfação do público-alvo;
  - IV. A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
- 8.5. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:
- I. Aprovação da prestação de contas;
  - II. Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
  - III. Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
- 8.6. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
- § 1º O prazo referido no caput é limitado a 30 (trinta) dias por notificação.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JARDINÓPOLIS  
S Ã O P A U L O**

**Praça Dr. Mário Lins, 150 – Centro – CEP 14680-000  
[www.jardinopolis.sp.gov.br](http://www.jardinopolis.sp.gov.br) PABX (16) 3690-2900**

- § 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
- 8.7. A Administração Pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.
- 8.8. Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:
- I. Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
  - II. Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
- 8.9. As prestações de contas serão avaliadas:
- I. Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
  - II. Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
  - III. Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
    - a) Omissão no dever de prestar contas;
    - b) Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
    - c) Danos ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
    - d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
- 8.10. O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
- 8.11. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
- 8.12. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS SÃO PAULO

Praça Dr. Mário Lins, 150 – Centro – CEP 14680-000  
[www.jardinopolis.sp.gov.br](http://www.jardinopolis.sp.gov.br) PABX (16) 3690-2900

## 9. CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

- 9.1. A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
- 9.2. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.
- 9.3. Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração/Fomento com alteração da natureza do objeto.
- 9.4. As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Municipal, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

- 10.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, **Resolução nº 23/2022 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo** com suas alterações posteriores, ou outra que venha substituí-la; e da legislação municipal específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
    - I. Advertência;
    - II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública Municipal de Jardimópolis, por prazo não superior a dois anos;
    - III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
    - IV. Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
  - 10.2. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
  - 10.3. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.
- ## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
- 11.1. O presente termo de colaboração poderá ser:
    - I. Extinto por decurso de prazo;
    - II. Extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
    - III. Denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe;







**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JARDINÓPOLIS  
S Ã O P A U L O**

**Praça Dr. Mário Lins, 150 – Centro – CEP 14680-000  
[www.jardinopolis.sp.gov.br](http://www.jardinopolis.sp.gov.br) PABX (16) 3690-2900**

IV. Rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
- b) Irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas (art. 61, §4º, inciso II, do Decreto nº 8.726, de 2016);
- c) Omissão no dever de prestação de contas anual, nas parcerias com vigência superior a um ano, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 70 da Lei nº 13.019, de 2014;
- d) Violação da legislação aplicável;
- e) Cometimento de falhas reiteradas na execução;
- f) Malversação de recursos públicos;
- g) Constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
- h) Não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
- i) Descumprimento das condições que caracterizam a parceira privada como OSC (art. 2º, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);
- j) Paralisação da execução da parceria, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
- k) Outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
- l) Realização de procedimento de chamamento público destinado a selecionar organização de sociedade civil a fim de firmar parceria para execução do mesmo objeto.
- m) Caso haja interrupção pela União ou Estado da transferência de recursos Fundo a Fundo.

11.2. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por parte da Administração Pública, que não decorra de culpa, dolo ou má gestão da OSC, o Poder Público ressarcirá a parceira privada dos danos emergentes comprovados que houver sofrido.

11.3. Em caso de denúncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovada, a organização da sociedade civil não terá direito a qualquer indenização.

11.4. Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.

11.5. Outras situações relativas à extinção da parceria não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser reguladas em Termo de Encerramento da Parceria a ser negociado entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

**12. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.**

12.1. A Organização Social se obriga ainda a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

- a) Guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução deste objeto;







Terra da Manga

# PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS S Ã O P A U L O

Praça Dr. Mário Lins, 150 – Centro – CEP 14680-000  
[www.jardinopolis.sp.gov.br](http://www.jardinopolis.sp.gov.br) PABX (16) 3690-2900

- b) Tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação (convênio/parceria/credenciamento), de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;
- c) Garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
- d) Não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;
- e) Fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;
- f) Adotar todas as medidas previstas em Lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;
- 12.2. Em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao Contratante, no prazo de até 48 horas:
- a) A descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- b) As informações sobre os titulares envolvidos;
- c) A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- d) Os riscos relacionados ao incidente;
- e) Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;
- f) As medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- 12.3. A Organização Social deverá:
- a) Demonstrar sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;
- b) Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;
- c) Armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;
- d) Apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo Município ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;
- e) Anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo Município, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual.
- f) Manter sigilo, não podendo compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do contrato.
- g) Reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas ao Termo de Colaboração em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao Município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.
- 12.4. As partes obrigam-se, sempre que aplicável, a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), tratando dados pessoais exclusivamente para as finalidades relacionadas ao contrato.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JARDINÓPOLIS  
S Ã O P A U L O**

**Praça Dr. Mário Lins, 150 – Centro – CEP 14680-000  
[www.jardinopolis.sp.gov.br](http://www.jardinopolis.sp.gov.br) PABX (16) 3690-2900**

- 12.5. No âmbito deste contrato, a qualificação das partes enquanto agentes de tratamento de dados pessoais respeitará os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, de modo que a CONTRATADA, quando atuar conforme as orientações estabelecidas pela CONTRATANTE, se qualifica como Operador de dados pessoais.
- 12.6. Prevalece sobre as disposições acima o contexto fático inerente à atividade de tratamento realizada por qualquer um dos contratantes, de modo que o tratamento de dados pessoais para finalidades que superem o contexto deste contrato será de responsabilidade da parte que lhe der causa.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS**

- 13.1. Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

- I. As comunicações relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência, fax ou e-mail e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
- II. As mensagens e documentos, resultantes da transmissão via fax e/ou e-mail, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
- III. As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração/termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.
- IV. Atendendo o Princípio Constitucional da Publicidade, a OSC fixará em lugar visível, na sua recepção/hall/saguão, placa, fornecida pela Prefeitura, na medida de 1mx1m, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS/SP

TERMO DE COLABORAÇÃO FIRMADO ENTRE A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS E A OSC.

OBJETO:

Nº DE ATENDIDOS/ATENDIMENTOS PREVISTOS:

VALOR TOTAL:

FONTES DE FINANCIAMENTO E VALORES:
- V. A placa contemplará o brasão do município.
- VI. A critério da Administração Municipal, além da placa fixada na recepção da entidade, poderão ser fixadas outras, em locais estratégicos da unidade, onde estejam sendo desenvolvidos serviços pela parceria.
- VII. A OSC deverá zelar pela integridade das placas, bem como não poderá alterar sua configuração e/ou dizeres, sem anuência da Administração Pública.
- VIII. A página de divulgação de contas do OSC deverá conter, além das informações pertinentes às contas, os mesmos dizeres da placa.
- IX. A(s) Placa(s) deverá(ão) estar sempre visível(is) ao público, sem qualquer obstáculo que impeça a sua visualização, na integridade.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JARDINÓPOLIS  
SÃO PAULO**

**Praça Dr. Mário Lins, 150 – Centro – CEP 14680-000  
[www.jardinopolis.sp.gov.br](http://www.jardinopolis.sp.gov.br) PABX (16) 3690-2900**

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

- 14.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro Jardimópolis, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.
- 14.2. E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 1 (uma) via, que vai assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

**Jardinópolis, 12 de janeiro de 2024**

**Responsáveis**

**Ivanice Maria Cestari Dandaro  
Administração Pública  
Municipal**

  
**Ana Maria Soares Pereira  
Presidente da Organização de  
Sociedade Civil**

**Gestores**

**Vanessa Barato de Oliveira  
Lino  
Gestor da Parceria**

  
**Fábio Carmona  
Responsável Técnico**

**Testemunhas:**

**Monique Campana Fortunato**

**Paulo Cesar Alves Silveira**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JARDINÓPOLIS  
S Ã O P A U L O**

**Praça Dr. Mário Lins, 150 – Centro – CEP 14680-000  
[www.jardinopolis.sp.gov.br](http://www.jardinopolis.sp.gov.br) PABX (16) 3690-2900**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO  
REPASSES AO TERCEIRO SETOR – TERMO DE COLABORAÇÃO**

**ÓRGÃO/ENTIDADE PÚBLICO(A):** Prefeitura Municipal de Jardimópolis/SP

**ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA:** Casa Espirita Terra de Ismael

**TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO Nº (DE ORIGEM):** 007010024

**OBJETO:** Prestação de serviço de atendimento médico em nível ambulatorial a crianças e adolescentes residentes em Jardimópolis – SP, utilizando como modelo a Farmácia Viva.

**VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO :** R\$ 840.000,00

**EXERCÍCIO:** 2024

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**Jardinópolis, 12 de janeiro de 2024**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

**Nome:** Paulo José Brigliadori

**Cargo:** Prefeito Municipal

**CPF:** 062.579.978-01

**Assinatura:** \_\_\_\_\_





**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
JARDINÓPOLIS  
SÃO PAULO**

Praça Dr. Mário Lins, 150 – Centro – CEP 14680-000  
[www.jardinopolis.sp.gov.br](http://www.jardinopolis.sp.gov.br) PABX (16) 3690-2900

**AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA**

Nome: Ana Maria Soares Pereira  
Cargo: Presidente  
CPF: 109.139.148-08

Assinatura: \_\_\_\_\_

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

**PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:**

Nome: Vanessa Barato de Oliveira Lina  
Cargo: Enfermeira II  
CPF: 343.809.748-63

Assinatura: \_\_\_\_\_

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

Nome: Fabio Carmona  
Cargo: Responsável Técnico  
CRM/SP: 99.069

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Ivanice Maria Cestari Dandaro  
Cargo: Secretária Municipal da Saúde  
CPF: 135.866.838-80

Assinatura: \_\_\_\_\_





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B3AC-88A7-CCEC-DFE0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **MONIQUE CAMPANA FORTUNATO** (CPF 412.XXX.XXX-83) em 15/01/2024 08:41:18 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **PAULO CÉSAR ALVES SILVEIRA** (CPF 339.XXX.XXX-60) em 15/01/2024 08:46:40 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **IVANICE MARIA CESTARI DANDARO** (CPF 135.XXX.XXX-80) em 15/01/2024 12:53:38 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **VANESSA BARATO DE OLIVEIRA LINO** (CPF 343.XXX.XXX-63) em 15/01/2024 13:03:33 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **PAULO JOSÉ BRIGLIADORI** (CPF 062.XXX.XXX-01) em 15/01/2024 13:14:11 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://jardinopolis.1doc.com.br/verificacao/B3AC-88A7-CCEC-DFE0>